

Defesa nacional e política externa

30

DEFESA

HISTORICAMENTE, A SOCIEDADE ATRIBUIU ÀS FORÇAS ARMADAS A MISSÃO DE DEFENDER A INTEGRIDADE DA NAÇÃO. TODAVIA, NO QUADRO ATUAL, AS AMEAÇAS QUE AFETAM OS ESTADOS APRESENTAM UM CONJUNTO INÉDITO DE CIRCUNSTÂNCIAS E DE ATORES QUE EXIGEM, MUITAS VEZES, RESPOSTAS QUE VÃO ALÉM DA FORÇA MILITAR. ASSIM, SISTEMAS DE DEFESA BASEADOS EXCLUSIVAMENTE EM CONCEITOS DE GUERRA CONVENCIONAL NÃO SÃO SUFICIENTES PARA NEUTRALIZAR AS VARIADAS AMEAÇAS NÃO ORTODOXAS DO PRESENTE.

Nesse contexto de evolução do pensamento político-estratégico, foi criado o Ministério da Defesa, com a incumbência de formular as diretrizes da concepção brasileira de defesa nacional. Cumpre também ao Ministério a integração das “visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, que conte com o respaldo da Nação” preconizada pela Política de Defesa Nacional. É nesse sentido que o esforço conjunto de militares e civis atribuirá legitimidade, transparência e credibilidade ao Sistema de Defesa Nacional, promovendo a discussão dos grandes temas relacionados à defesa e à segurança e permitindo proveitosa integração entre os dois segmentos.

Assim, é atribuição primordial do Ministério da Defesa contribuir para o delineamento do perfil estratégico que o Brasil deseja assumir nas primeiras décadas do século, mantendo o aparato militar brasileiro apto à realização das missões a serem conduzidas pelas Forças Armadas nos contextos regional, hemisférico e mundial.

No quadro de transformações que se impõem a sua consolidação no ano de 2003, o Ministério da Defesa deverá desenvolver doutrinas e tecnologias apropriadas e modernas para cumprir suas missões, tanto internas quanto internacionais, perseguindo de forma permanente os princípios a seguir.

Atualizar a base conceitual do pensamento estratégico nacional diante da realidade mundial e das necessidades de defesa do País

O Ministério conduzirá um trabalho de revisão das grandes linhas do pensamento estratégico brasileiro para definir a arquitetura militar que o País requer a fim de atender às demandas de defesa nas próximas décadas. Esse planejamento levará em conta os acontecimentos recentes e seus vários desdobramentos, no contexto regional e mundial, que impuseram novos rumos para a política internacional.

Em 2003, o Ministério da Defesa deverá promover a atualização da Política de Defesa Nacional, revigorar o debate sobre temas estratégicos com a sociedade civil e elaborar um Livro Branco de Defesa. Também se pretende reestruturar a Escola Superior de Guerra, fonte importante de princípios do pensamento estratégico brasileiro, bem como modernizar as escolas militares e os centros de excelência das Forças Armadas, onde se enquadram o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica – ITA, o Instituto Militar de Engenharia – IME, o Instituto de Logística da Aeronáutica – ILA, entre outros.

Assegurar a proteção da Amazônia

A proteção da Amazônia brasileira tem se constituído em tarefa de importância estratégica, acentuada pelas possibilidades de ações armadas na região. Nesse caso, a postura a ser adotada deverá ser a da persuasão e do convencimento a fim de impedir a formação de cenários contrários aos interesses nacionais.

O Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam está sendo implementado e direcionado para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio de conhecimentos e informações oriundas de um grande banco de dados, contribuindo para atender às diretrizes gerais decorrentes da Política

Nacional Integrada para a Amazônia Legal e da vigilância do espaço aéreo em consonância com a Política Nacional de Defesa.

O Sistema, ativado a partir do Centro Regional de Manaus, onde deverão ser centralizadas as operações das atividades, provendo os órgãos parceiros, as esferas regionais de governo e os usuários nacionais e internacionais com uma base de dados sistematizada, compreensiva e confiável, tem como fundamento a regionalização ecológica e econômica sustentável da Amazônia, passando por um papel ecodesenvolvimentista da Amazônia, com a participação efetiva do Sipam.

Com a entrada em operação em 2002, o Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam passou a contar com grandes radares baseados em terra e com aeronaves dotadas de equipamentos para vigilância aérea e de sensoriamento remoto, bem como com aviões de ataque baseados em diferentes pontos da região. O fortalecimento do sistema contemplará o recebimento de três aeronaves para garantir a vigilância da Amazônia Legal Brasileira e o transporte logístico de pessoal e equipamentos.

Criado em 1985, o Programa Calha Norte é de fundamental importância para assegurar a presença do Estado na Amazônia, fortalecendo a soberania e a integridade territorial naquela região, por meio de medidas e ações para enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter socioeconômico que afligem as populações carentes, com o objetivo de fixar o homem à terra.

No sentido de intensificar a presença do Estado na região, o Ministério da Defesa tem criado novas unidades militares para controle e proteção das nossas fronteiras, além de ter instalado, na Amazônia, um centro dedicado ao adestramento em operações militares combinadas.

Em 2003, o Ministério da Defesa deverá intensificar as ações desse importante programa, sobretudo no que diz respeito à presença militar nas áreas de fronteira e ao apoio às comunidades carentes da região.

Consolidar o papel do Brasil como promotor da integração regional e hemisférica em matéria de defesa, bem como sedimentar sua presença nos foros internacionais de defesa, realçando a posição brasileira na manutenção da paz mundial

No plano externo, o Brasil tem acompanhado ativamente os desdobramentos recentes no âmbito da defesa hemisférica. A América do Sul oferece-nos um entorno de estabilidade e de paz, afastado dos principais eixos de tensão mundial.

Com baixos índices de despesas militares, os países sul-americanos conduzem um bem-sucedido processo de integração regional, impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina, e buscam a consolidação da democracia e o desenvolvimento econômico e social. Tais aspectos reduzem a níveis toleráveis a possibilidade de conflito entre Estados na região, que está, no entanto, exposta a ações clandestinas de caráter transnacional que geram necessidades adicionais de proteção das fronteiras, vigilância do espaço aéreo e patrulhamento marítimo e fluvial.

O reconhecimento do Brasil como potência regional e, conseqüentemente, a intensificação da nossa participação na intermediação de conflitos internacionais exigem a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz. A participação do Brasil em diversas dessas operações vem evidenciando ao longo da história o valor do soldado brasileiro e elevando a imagem do País como potência de expressão regional e mundial.

Em 2003, o Brasil continuará a se fazer presente no Timor Leste, o que acontece desde 1998, participando do esforço de consolidação da paz nesse país amigo. O papel da Força Aérea será o de apoiar o transporte dos pelotões brasileiros, a cada seis meses, quando são percorridos, em cada viagem, cerca de 34 mil quilômetros.

Na Europa, o Brasil far-se-á representar na Missão de Observadores das Nações Unidas em Prevlaka, Croácia (Unmop), com observadores militares, e na Força das Nações Unidas em Chipre (Unficypr), participando do Estado-Maior do contingente argentino.

Nas Américas, o Brasil continuará participando da Missão de Verificação dos Direitos Humanos das Nações Unidas na Guatemala (Minugua) e da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (Marminca), com

supervisores internacionais da Marinha e do Exército. A missão Marminca, cujos recursos provêm da OEA, é gerenciada pela Junta Interamericana de Defesa – JID, com atuação na Costa Rica, Nicarágua, Guatemala e Honduras.

Promover a obtenção, a modernização e a adequação dos meios necessários ao emprego das Forças Armadas

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária renovação e adequação de seus equipamentos, de modo que proporcione ao País um sistema de defesa eficaz, baseado na interoperabilidade e interconectividade das suas Forças Armadas e na capacidade de as mesmas atuarem de forma combinada em sistemas integrados de logística e mobilização. Nesse sentido, deverá ser concluído em 2003 o documento Estratégia Militar Brasileira, que fornecerá as bases para o planejamento do reaparelhamento das Forças Armadas.

Por sua dimensão territorial, com um amplo espaço a ser defendido, o Brasil deve dispor de uma força terrestre adequada ao perfil geográfico do País, com os necessários atributos de alta mobilidade e leveza, capaz de fazer-se presente, com rapidez e eficiência, quando solicitada, em qualquer parte do território nacional. Assim, deverá ser atribuída ênfase à formação de Forças de Ação Rápida, aptas a atuar com presteza no cumprimento de eventuais missões; à Guerra Eletrônica, aos sistemas de Comando, Controle e, finalmente, à capacitação da Força Terrestre para atuar como instrumento eficaz de dissuasão e combate.

Da mesma forma, requer igual atenção a proteção de nosso espaço aéreo. Isso exige a modernização da Força Aérea Brasileira, com a aquisição de equipamentos adequados à nossa amplitude territorial. É preciso destacar, ainda, o componente tático do transporte aéreo, considerada a extensão do País e a necessidade de transportar tropas para regiões distantes ou de difícil acesso, como é o caso da área estratégica da Amazônia.

Nosso imenso litoral e águas territoriais exigem uma força naval eficiente. O espaço marítimo a ser controlado requer um sistema que permita a projeção de poder sobre essa vasta área de inegável valor estratégico. O desen-

volvimento das forças de superfície e de submarinos para esse espaço requer o reaparelhamento de nossos estaleiros para prover autonomia estratégica. No caso específico da Marinha, vale salientar, dentre outras metas para o corrente ano, o fortalecimento dos projetos de construção de submarinos e corvetas e o de modernização das fragatas classe “Niterói”.

Minimizar a dependência externa quanto aos recursos de natureza estratégica para a defesa do País, incentivando a pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias duais

O fomento à instalação de uma indústria bélica nacional é um objetivo que visualiza um futuro de menor dependência estratégica, baseado num parque de produção competitivo e promotor do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica para a área de defesa. É de extrema importância desenvolver a capacidade de a indústria nacional produzir itens estratégicos, tais como veículos aéreos, terrestres e marítimos e componentes eletrônicos, buscando minimizar a dependência externa do Brasil relativamente a esses meios.

Nesse contexto, os planos do Ministério da Defesa para o ano de 2003 contemplam a integração com a indústria nacional para produção de itens estratégicos e a articulação com linhas de pesquisa e desenvolvimento industrial. Serão também incentivadas parcerias com as universidades, os centros de excelência e com a indústria nacional para o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e serviços de interesse da Defesa Nacional, incluindo os de natureza dual, além de estimular o intercâmbio tecnológico com nações amigas, inclusive no que concerne às áreas espacial e oceânica.

Aperfeiçoar a capacidade das Forças Armadas de operarem de forma combinada ou conjunta

Para permitir o acompanhamento em tempo real das operações militares e de outras atividades em que as Forças Armadas sejam empregadas, faz-se necessária a implantação de um sistema de comando e controle confiável, com recursos de banco de dados de defesa e apoio à decisão.

Nesse sentido, o Ministério da Defesa buscará a implantação do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC2, sistema de defesa nacional integrado pelo Comando Supremo das Forças Armadas, Ministérios Cíveis, Comandos Militares e Grandes Comandos Operacionais, que, sob a direção do Comandante Supremo das Forças Armadas, possibilitará a coordenação das ações integradas de defesa, nos casos de crises e conflitos, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde quer que estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisões para o controle da situação. Deverá ser dada ênfase, também, ao Sistema de Comunicações Militares Via Satélite – Siscomis, que se constitui na base física de telemática do SISMC2.

De igual maneira, faz-se clara a necessidade do provimento de meios que permitam, de modo integrado e racional, o preparo do aparato militar como um conjunto. Os instrumentos utilizados para tanto são os exercícios combinados, que têm por objetivo avaliar doutrinas desenvolvidas, verificar o grau de interoperabilidade dos meios e sua adequabilidade aos diversos ambientes operacionais, testar estruturas e sistemas de logística, comunicações, comando, controle e inteligência.

No ano de 2003, o Ministério da Defesa planeja desenvolver exercícios empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, bem como prosseguir na realização de exercícios militares conjuntos com outros países da América, em que serão aprimorados procedimentos operacionais e aprofundados os laços de amizade e camaradagem entre as forças participantes.

Apoiar as ações de governo na consecução de metas e objetivos nacionais

Uma nação forte tem de ser uma nação sadia e homogênea, e não um país batido pela pobreza e pela exclusão social. Assim, as nossas Forças Armadas têm tido um papel importante, embora muitas vezes pouco divulgado e reconhecido, no desenvolvimento social do nosso povo, sobretudo nos lugares mais remotos, onde os serviços normais aos quais estamos acostumados quase não chegam, onde o médico e o dentista são militares e onde a professora é a esposa de um militar.

Agora que se inicia um governo diretamente comprometido com a elevação do nível de vida do nosso povo, as Forças Armadas – sem prejuízo da sua função principal, que é a salvaguarda da nossa soberania – dedicar-se-ão, com desvelo, à nobre tarefa de apoiar o desenvolvimento social do nosso País.

Historicamente, as Forças Armadas têm participado, quando convocadas, no apoio a situações de dificuldade por que passa a sociedade brasileira. Ressalta-se a participação em ações de apoio em casos de calamidades públicas, enchentes, campanhas nacionais de vacinação e atividades do Ministério da Agricultura, como, por exemplo, o combate à febre aftosa. Também têm cooperado em ações de manutenção da lei e da ordem e de apoio ao combate ao contrabando e ao narcotráfico, assim como nas ações de caráter cívico-social relacionadas ao apoio às comunidades ribeirinhas da região amazônica.

Em 2003, o Ministério da Defesa continuará colocando seus meios à disposição da sociedade brasileira em ações sociais coordenadas pelo Governo Federal, desenvolvendo atividades do Programa Fome Zero que estejam sob sua responsabilidade.

No sentido de melhor participar do desenvolvimento social do País, o Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério do Esporte, está implementando o Programa Forças no Esporte, com o objetivo de proporcionar atividades esportivas e físicas saudáveis para as comunidades próximas de Unidades Militares das Forças Armadas.

Serão priorizados crianças e jovens carentes e será utilizada a infra-estrutura necessária à prática esportiva existente nas organizações militares participantes. Com esse programa, pretende-se também descobrir e fomentar talentos que integrarão a força esportiva do Brasil em um futuro bem próximo.

Outra iniciativa relevante prevista para o corrente ano é o estabelecimento de um Projeto Integrado Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, objetivando oferecer ao jovem brasileiro, em idade de prestação do Serviço Militar, melhor capacitação cívica e técnico-profissional básica, por intermédio de cursos profissionalizantes, com o emprego de salas de aula, oficinas, cozinhas, laboratórios e outras dependências das organizações militares.

Nessas condições, estará o Ministério da Defesa prestando sua contribuição ao desenvolvimento social do País, oferecendo ao jovem brasileiro oportu-

tunidades para a busca do primeiro emprego e conseqüente inserção no mercado de trabalho.

Ainda na direção de colaborar na solução dos problemas do País, o Ministério da Defesa está instituindo, em 2003, parceria com o Ministério dos Transportes no sentido de, utilizando a capacidade operativa dos Batalhões de Engenharia do Exército Brasileiro, contribuir nas atividades de conservação e construção das rodovias brasileiras.

Modernizar as estruturas organizacionais e os processos administrativos, com ênfase nos sistemas de controle, gestão da informação e na qualidade da ação gerencial

Cumpre ao Ministério da Defesa fazer respeitar as normas vigentes de gestão e administração dos recursos públicos, focando a melhoria da qualidade do gasto público pela modernização das suas estruturas organizacionais e pelas práticas de planejamento, orçamento, finanças e controle.

No âmbito das transformações internas, devemos continuar fortalecendo e modernizando nossas práticas de administração, com ênfase particular em sistemas de controle e na gestão da informação estratégica de caráter orçamentário e financeiro, visando à utilização eficiente e eficaz dos recursos destinados à área.

De igual importância é o estabelecimento e o aperfeiçoamento de um sistema integrado de apoio logístico, de modo que proporcione o aumento da disponibilidade dos meios, a redução dos custos de manutenção, reparo e operação, bem como a otimização do emprego dos recursos humanos.

Desenvolver e modernizar a capacidade de atuação da aviação civil

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero terá como uma das principais estratégias em 2003 a interação com projetos de expansão do turismo, contribuindo para o crescimento do emprego e da renda e para melhoria da balança de pagamentos.

Outras metas para o ano são o reforço da integração do País na área de abastecimento e o desenvolvimento do comércio exterior, por meio das atividades relacionadas à carga aérea e à interligação das políticas de comércio exterior, o que certamente contribuirá para o esforço nacional de exportação e conseqüente geração de empregos.

Ênfase especial será dada à área social, com a ampliação do alcance do Programa Aeroportos Solidários, visando reduzir os desníveis sociais e melhorar a qualidade de vida das populações carentes nas áreas periféricas dos aeroportos, ampliando os projetos de recuperação de áreas degradadas.

Em 2003, planeja-se a criação e a implementação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que visa regular as atividades da aviação civil com critérios de modernidade e racionalidade.

Intensificar a divulgação das ações desenvolvidas pelas Forças Armadas em prol da sociedade brasileira e valorizar o soldado brasileiro

Em qualquer sistema militar, o componente mais importante é e continuará sendo o homem. É imprescindível que as Forças Armadas tenham tropas altamente adestradas e o soldado seja formado com os mais elevados atributos de disciplina, honra, sentimento de dever a cumprir e de dedicação à Pátria. É preciso que o profissional militar seja constantemente motivado a se aperfeiçoar e a se qualificar para melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Essa valorização dos recursos humanos será, no ano que se inicia, meta prioritária do Ministério da Defesa.

Como organização ampla e diversificada, o Ministério da Defesa deve enfatizar a importância da comunicação interna, essencial como instrumento das reformas internas e dos esforços para a melhoria da qualidade da instituição, da prática da liderança efetiva e de comando e controle. Igualmente importante é a comunicação direta e transparente com todos os segmentos da sociedade. A transparência proposta deverá contemplar a clara exposição dos problemas que enfrentamos para o cumprimento da nossa missão, bem como as iniciativas e as medidas que podem ser tomadas para solucioná-los.

O projeto de comunicação social para 2003 contempla a universalização de informações referentes ao Ministério da Defesa, por meio da Internet, de modo que o público interno e externo possa obter matérias publicadas na mídia impressa e televisiva, propiciando assim uma visão abrangente e circunstanciada sobre assuntos atinentes às Forças Armadas e aos órgãos relacionados ao Ministério da Defesa, bem como a sua importante participação na consecução de objetivos e metas nacionais.

Enfim, é nesse ambiente de variada gama de atribuições voltadas para a modernização e a capacitação da defesa do País que se insere o Ministério da Defesa, a exemplo das maiores nações do mundo. Entretanto, o maior desafio do Ministério ainda é o de dar continuidade – de forma democrática, segura e irreversível – ao seu processo de consolidação institucional. Nessa missão, inclui-se a tarefa de sensibilizar todas as esferas de governo e a sociedade da importância de equipar e capacitar as Forças Armadas brasileiras, mesmo nesses tempos de paz e desenvolvimento, e, por consequência, obter os recursos e os meios essenciais para bem cumprir sua missão constitucional.

31

RELAÇÕES EXTERIORES

Agenda política

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA TERÁ COMO GUIA PERMANENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSAGRADOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, COMO A INDEPENDÊNCIA NACIONAL, OS DIREITOS HUMANOS, A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS, A NÃO-INTERVENÇÃO, A IGUALDADE ENTRE OS ESTADOS, A DEFESA DA PAZ, A SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS, O REPÚDIO AO TERRORISMO E AO RACISMO, A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE, A CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL.

O Brasil apoiará a prevalência das normas do direito internacional e contribuirá para o reforço do multilateralismo. Defenderemos soberanamente nossos interesses em temas distintos, como a manutenção da paz e da segurança internacional, a promoção dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a inserção dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. Dialogaremos com o Congresso Nacional e a sociedade civil para a definição dos interesses nacionais em matéria de política externa.

A multiplicação de desafios à política externa, em razão da diversificação, seja de atores internacionais (com o surgimento de novos Estados pela fragmentação da ex-União Soviética), seja de interesses (com o surgimento de novos temas ligados sobretudo a demandas sociais), seja de conferências internacionais, requer correções de rumo.

A política externa do Governo anterior ressentiu-se da falta de plena participação do Congresso Nacional e da sociedade civil em sua formulação.

Nota-se uma diplomacia de forte componente retórico, baseada na enunciação de parcerias estratégicas pouco conclusivas.

A Nação tem de afirmar sua presença soberana e criativa no mundo. A determinação da América do Sul como prioridade do Governo substituirá o comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e de atuação concertada na área internacional.

A Nação tem que afirmar sua presença soberana e criativa no mundo. A determinação da América do Sul como prioridade do Governo substituirá o comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e de atuação concertada na área internacional. Nossas relações com a Venezuela e a Colômbia são bons exemplos disso. Emblemáticas ainda são as diferenças de posição que ocorreram entre o Brasil e a Argentina em foros internacionais.

Essa atuação discreta e pouco incisiva do Brasil reflete-se de modo contundente em nossas relações com os EUA. Tampouco se realizou o potencial de cooperação com os grandes Estados da Ásia, como a China e a Índia. A ação política do Brasil na África, em especial na África portuguesa, foi marcada, nos anos 1990, pela desaceleração dos contatos econômicos, comerciais e políticos.

Na área cultural, a promoção das manifestações da criatividade brasileira e sua divulgação nos meios de comunicação de massa, em especial nos países vizinhos, ficou aquém do seu potencial.

O Brasil, antes um país de imigrantes, transformou-se num país de emigração. Há cerca de 2,5 milhões de compatriotas vivendo no exterior, muitos em situação clandestina. Não se mobilizaram ainda os meios adequados para prestar a correspondente assistência consular aos nossos emigrantes, plenos detentores dos direitos de cidadania.

O descompasso existente entre a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores e as exigências da dinâmica realidade internacional tampouco contribuiu para uma atuação externa mais ativa. Além da degradação do patrimônio físico do Ministério, no Brasil e no exterior, nota-se, o que é grave, desmobilização e desencanto dos funcionários das carreiras do Serviço

Exterior, ressentidos de sua insuficiente participação na formulação da política externa e pela ausência de estímulo ao necessário e saudável debate de idéias.

Agenda para 2003

A política externa refletirá os anseios de mudança expressos nas ruas. A ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. O Brasil se tornar-se-á fonte de assessoria especializada em políticas públicas na área social. Este será um desdobramento externo natural da alta importância que o Governo Federal atribui ao desenvolvimento social.

A política externa terá como prioridade a construção da América do Sul politicamente estável, próspera e unida, baseada na democracia e na justiça social. É indispensável articular melhor a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia para lograr o desenvolvimento econômico e social da região. O Brasil dará toda atenção à implementação da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – Iirsa.

Em conjunto com os países vizinhos da Amazônia, implantaremos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA em Brasília, com o objetivo de constituir-se em foro privilegiado e útil para o desenvolvimento econômico e social dos países amazônicos. Isso permitirá a coordenação entre eles, evitará pressões sobre os países menores e servirá para atrair investimentos em projetos de desenvolvimento sustentável.

A solidariedade ativa com os países vizinhos, respeitado o princípio básico de não-ingerência, estará no centro das atenções da política externa. Disso é exemplo a iniciativa do Grupo de Amigos para apoiar os esforços na questão da Venezuela, que contribuirá para uma solução democrática, eleitoral, equilibrada e pacífica.

No Foro de Consulta e Coordenação Política do Mercosul, facilitaremos a circulação de pessoas, o trabalho, a documentação, a assistência médica e previdenciária a iniciar-se pelas comunidades fronteiriças.

As relações bilaterais com os Estados Unidos devem refletir uma parceria madura, a partir do interesse recíproco e do respeito mútuo, não obstante os contenciosos comerciais decorrentes da interação de economias dinâmicas e complexas como as dos dois países, que devem ser encarados com naturalidade e serenidade. Serão intensificadas as atividades de consulta bilateral política e em outras áreas, prevendo-se a realização de uma reunião de cúpula bilateral.

O Brasil deverá voltar-se de forma decidida para a África, que não deve ser excluída das tratativas internacionais. O Itamaraty ampliará a presença do Brasil em maior número de países africanos. Inspiram a nova política africana, além da simples justiça, os interesses de amplo segmento da sociedade brasileira, em especial a comunidade de afrodescendentes, bem como a convicção de que as parcerias políticas de cooperação econômica, técnica, cultural e em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a África reforçam a aceleração do desenvolvimento econômico e social.

Em 2003, será dada prioridade às ações conjuntas com os demais integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O objetivo será reforçar a expressão de solidariedade em língua portuguesa para transformar a Comunidade num instrumento de cooperação econômica e política.

Os mecanismos de concertação política com países europeus, assim como os instrumentos de cooperação econômica, serão fortalecidos de forma pragmática, eficaz e consistente, abandonando a retórica do passado e construindo programas concretos. A reativação da Comissão Mista Brasil-União Europeia terá grande utilidade para ampliar as relações com esse bloco regional, estabelecendo um canal próprio para o tratamento de questões de interesse específico do Brasil.

No Oriente Médio, o Brasil acompanhará cuidadosamente a situação política e o processo de paz, em particular as negociações israelo-palestinas e os desdobramentos da Intifada. O Brasil estimulará a moderação e a busca da paz na região, tão importantes também para as comunidades de brasileiros

dela originários, de acordo com os princípios da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias.

A situação no Iraque será objeto da constante atenção do Governo, em firme apoio ao papel das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança.

A Ásia e a Oceania – pela importância geopolítica e pela pujança econômica que as caracterizam – também merecerão atuação diplomática preferencial do Brasil, em especial no caso de três países de grande relevância no continente asiático – Japão, China e Índia.

O Brasil ampliará a cooperação com o Timor Leste nos campos da formação de recursos humanos, educação, agricultura e saúde. A identificação da sociedade brasileira com o Timor Leste tem raízes profundas, assentadas no sentimento de solidariedade para com a conquista da independência e nos laços da lusofonia.

O Brasil reforçará sua participação no combate aos ilícitos transnacionais, em todas as suas manifestações, inclusive o tráfico de drogas e delitos conexos, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, o tráfico de seres humanos e o terrorismo. As prioridades são combater o tráfico de entorpecentes dentro das fronteiras e praticar uma política de estreita cooperação com outros países. Concluiremos entendimentos na área de lavagem de dinheiro e acordos para o controle dos precursores químicos e do tráfico de aeronaves suspeitas de envolvimento em atividades ilícitas. Na região da Tríplice Fronteira, o Brasil manterá intensa colaboração com os países vizinhos na prevenção e na repressão de atividades ilícitas.

No campo cultural, o Itamaraty cuidará de duas questões especialmente relevantes: a defesa da diversidade cultural e do direito dos povos ao amplo acesso à cultura, e a difusão das manifestações culturais do Brasil pelos meios de comunicação de massa, em especial nos países que nos são mais próximos.

A promoção e a defesa dos interesses brasileiros ocorrem também no âmbito de organismos de composição universal, caso do Sistema das Nações Unidas, compreendido pela Organização das Nações Unidas e por órgãos como a Organização Mundial da Saúde – OMS, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e de outras organizações internacionais independentes,

como a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA e a Organização para a Proibição de Armas Químicas – OPQ.

O Brasil atuará decididamente em favor do primado do direito internacional e contribuirá para o pleno funcionamento do Tribunal Penal Internacional.

O aperfeiçoamento da legitimidade e da representatividade dos organismos internacionais depende da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para refletir a realidade contemporânea com a participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. A política externa terá como um dos seus objetivos viabilizar a presença do Brasil, na condição de membro permanente, em um Conselho de Segurança ampliado.

Na esfera das negociações sobre desarmamento, não-proliferação e controle de tecnologias sensíveis, a diplomacia brasileira defenderá o princípio do multilateralismo como o melhor meio para encaminhar questões de segurança internacional. Buscaremos resultados concretos e realistas, por meio de acordos que sejam não discriminatórios, verificáveis e irreversíveis, rumo à eliminação completa dos arsenais de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), categoria de armamentos que renunciamos a desenvolver e possuir. Os avanços devem ser concomitantes nas áreas de desarmamento e de não-proliferação.

A Organização dos Estados Americanos é o principal foro político do hemisfério e o eixo do sistema interamericano, e nisso reside sua importância para o Brasil. A atuação do Brasil privilegiará a promoção da democracia, da paz e do desenvolvimento.

As negociações na área de meio ambiente terão atenção especial, na medida de sua importância básica para o desenvolvimento econômico e social. A proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável estão estreitamente vinculadas à disponibilidade de recursos financeiros, ao acesso à tecnologia e aos mercados e à valoração dos recursos naturais. O Itamaraty agirá em estreita articulação com o Congresso Nacional, com os estados e os municípios, com o setor produtivo e com todos os segmentos interessados da sociedade. Influiremos positivamente nas negociações sobre repartição de benefícios ligados ao acesso a recursos da biodiversidade e aos conhecimentos

tradicionais a eles associados. O Brasil acentuará sua ação nos foros que tratam do problema da mudança do clima.

O Brasil dinamizará o Programa Espacial, com a cooperação de outros países, entre os quais se sobressai a China. Participaremos da construção da Estação Espacial Internacional. Encontram-se sob consideração soberana do Congresso Nacional os acordos sobre a utilização do Centro de Lançamentos de Alcântara.

Uma importante diretriz da política externa será a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Reforçaremos o tratamento dessa temática nas agendas das nossas relações bilaterais. O Brasil atualizará as obrigações que assumiu ao ratificar os instrumentos internacionais de direitos humanos. Aperfeiçoaremos nossa participação no sistema interamericano de direitos humanos, dando prioridade ao tratamento dos casos de denúncias de violações na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; à defesa da ratificação da Convenção Americana dos Direitos Humanos por todos os países do Hemisfério; à reflexão sobre a melhoria do sistema, de maneira a dotá-lo de maiores eficácia, transparência e segurança jurídica. Será igualmente necessária a presença substantiva do Brasil na Comissão de Direitos Humanos, com representantes da sociedade civil e do Estado e com a articulação de novas iniciativas que respondam à preocupação central do Governo com os direitos humanos em geral e o combate à fome e à miséria em particular.

O combate ao racismo e à discriminação bem como a defesa dos direitos dos povos indígenas serão prioridades da política externa que o Itamaraty implementará em contato com representantes da sociedade civil e com lideranças indígenas.

A prioridade conferida pelo Governo aos assuntos da área social refletir-se-á na atuação externa do País. O impacto do lançamento do Programa Fome Zero ultrapassou nossas fronteiras e mereceu o apoio entusiasmado, entre outros, da FAO, que reconheceu a importância política e econômica dessa iniciativa e se dispõe a com ela colaborar ativamente.

No âmbito da OMS, a política brasileira de combate à AIDS tem destaque, conferindo posição de liderança ao País, o que tem gerado solicitações de cooperação de outros países em desenvolvimento, que procuraremos atender

dentro de nossas máximas possibilidades. O Brasil terá papel destacado nas negociações para uma Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco.

O Brasil estreitará a cooperação com a OIT. Essa parceria contribuirá para vencer o grande desafio de criar milhões de novos e melhores empregos e para dar a todos as condições de trabalho decente compatíveis com a dignidade humana.

O intenso fluxo emigratório dos anos 1980 e 1990 elevou o número de brasileiros residentes em outros países. Quatro milhões e meio de compatriotas que vivem ou viajam no exterior podem necessitar atualmente de assistência consular. O Itamaraty modernizará e ampliará o atendimento que lhes é devido como cidadãos.

O Itamaraty adaptará sua estrutura em 2003 para atuar no cenário internacional, cada vez mais exigente e competitivo, em defesa dos interesses nacionais do Brasil. Unidades com foco na América do Sul, na África, nas negociações econômicas internacionais e no combate à fome e à miséria contribuirão para que a política externa seja um instrumento eficaz do projeto de mudança do Brasil.

Agenda econômica, financeira e comercial

A política econômico-comercial externa brasileira esteve, nos últimos anos, excessivamente pautada no pressuposto de que o aumento das exportações – apontado como a maior prioridade da agenda comercial – deveria ser perseguido sobretudo pela negociação de acordos de livre comércio.

Nos planos multilateral, regional e hemisférico, a multiplicação de reuniões e conferências levou o Ministério a engajar-se em diversas frentes negociadoras, que resultaram numa diluição de esforços e na dificuldade física para uma presença adequada às graves implicações dos objetivos a serem perseguidos.

Ao longo de 2002, o Itamaraty participou dos trabalhos da Organização Mundial de Comércio – OMC, sobretudo no que se refere às negociações lançadas em Doha, em novembro de 2001. O Brasil tomou parte das reuniões do Comitê de Negociações Comerciais da OMC – que monitora e debate o conjunto das negociações e supervisiona o trabalho de cada grupo negociador –,

ênfatisando a necessidade de avançar em temas que compõem a dimensão de “desenvolvimento” da Agenda de Doha (implementação, tratamento especial e diferenciado, aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio – Trips e saúde pública e, muito especialmente, agricultura).

Nas negociações agrícolas da Rodada de Doha, o Brasil apresentou propostas relativas à eliminação dos subsídios à exportação, à garantia de amplo acesso a mercado e à eliminação das políticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos.

Na área de contenciosos comerciais, o Brasil viu-se envolvido simultaneamente, em 2002, em quatorze contenciosos na OMC contra práticas desleais de comércio que violam as normas daquela organização.

A turbulência financeira por que passaram alguns países, sobretudo em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, em 1998, e, mais recentemente, a Argentina, não inspirou a adoção de uma política externa inovadora e eficaz, destinada a promover a revisão de modelos financeiros e monetários já superados e a buscar a atualização das instituições e dos organismos financeiros internacionais. Muitas vezes, o recurso buscado limitou-se à reiterada condenação retórica dos fluxos voláteis de capitais financeiros.

O Itamaraty, portanto, ocupou-se pouco de questões financeiras, mantendo-se praticamente à margem das deliberações internacionais nessa área, cuja importância política, econômica e comercial é notória e fundamental.

Nos últimos anos, assistiu-se à desagregação do Mercosul, atribuída à crise financeira da Argentina e suas implicações cambiais, sem que se buscasse privilegiar novas formas de políticas estruturais e permanentes que significassem um aprofundamento efetivo da integração do bloco. O Brasil limitou-se, por um lado, a procurar a eliminação de restrições comerciais recíprocas e o desenvolvimento de ações que ajudassem na recuperação argentina, como a renegociação do acordo automotivo e a modificação das regras do convênio de créditos recíprocos. Por outro lado, atuou nas áreas institucional e social, de que resultaram o Protocolo sobre Solução de Controvérsias, a criação da Secretaria Técnica do Mercosul e os acordos, com a participação de Bolívia e Chile, que facilitarão a residência dos nacionais dos signatários nos territórios dos seis países, à consideração dos seus Parlamientos.

Em 2002, prosseguiram as negociações Mercosul–União Européia. A Reunião em Nível Ministerial entre o Mercosul e a União Européia, realizada no Rio de Janeiro, em julho, estabeleceu um programa de trabalho com metas e datas precisas para seu cumprimento.

No que se refere ao processo de conformação de uma futura área de livre comércio nas Américas, o calendário negociador aceito pelo Governo passado evidencia-se por demais estreito, se considerados a amplitude das áreas em negociação, o universo dos interesses das comunidades empresarial e sindical e a profundidade e a extensão das mudanças introduzidas pelo processo de globalização, seja nas modalidades dos processos produtivos mundiais, seja no próprio conteúdo das transações comerciais. A data-limite de 15 de fevereiro de 2003, fixada para a apresentação das ofertas para as negociações sobre acesso a mercados, está longe de permitir que o Governo possa avaliar, de forma transparente, rigorosa, ampla e democrática, as implicações da ALCA sobre a nova estratégia de desenvolvimento econômico e social, sobretudo no já referido processo contínuo de globalização da produção e do comércio.

A atuação, em 2002, do Itamaraty na área de promoção comercial, voltada para o aumento do ingresso de divisas no País, mediante a ampliação da presença do Brasil nos mercados externos, foi insuficiente, como resultado da carência de recursos financeiros. Embora o Brasil se classifique como um “comerciante global”, ainda são muitas as evidências de que nossas exportações estão excessivamente concentradas, seja em termos de mercados, de produtos, de número e perfil de empresas ou de escassez de valor agregado.

Na área científica e tecnológica, foi também insuficiente o esforço do Itamaraty para identificar novas tecnologias para o País. Tampouco se estabeleceram programas capazes de aumentar, de maneira significativa, a participação do Brasil nos fluxos de transferência de tecnologia em nível mundial.

A agenda econômica do Itamaraty para 2003 estará inspirada pelo objetivo de contribuir para a inadiável reconstrução da ordem econômica mundial, a fim de atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos que a humanidade produziu. O Itamaraty trabalhará para a concretização da proposta do Brasil de que os países do G-7, com

a colaboração dos grandes investidores internacionais, constituam um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do Terceiro Mundo.

A ação diplomática brasileira no campo econômico, em 2003, estará voltada para a estratégia nacional de crescimento e para a redução da vulnerabilidade externa.

Na OMC, a chamada Rodada de Desenvolvimento de Doha, lançada em novembro de 2001, propõe-se a avançar tanto na liberalização do acesso a mercados para bens e serviços quanto em normas e disciplinas do comércio internacional. Pela primeira vez, o mandato negociador da Rodada destaca a dimensão “desenvolvimento”, bem como o objetivo de se assegurar a integração efetiva dos países em desenvolvimento aos grandes fluxos mundiais de comércio.

O Brasil empenhar-se-á pelo êxito das negociações na OMC. Na sua condição de País em desenvolvimento, com comércio diversificado e com o objetivo de realizar seu potencial exportador, o Brasil vê no aperfeiçoamento da OMC condição necessária para que se corrijam práticas comerciais distorcidas e medidas protecionistas que cerceiam as exportações. O esforço negociador brasileiro estará direcionado para área onde é evidente a competitividade do Brasil e sua capacidade de crescer no comércio mundial. Será prioritária a agricultura, pela necessidade de eliminar os subsídios e as elevadas tarifas com que os países desenvolvidos sustentam a ineficiência de seu setor agrícola. O posicionamento brasileiro nessa matéria ressaltará que, sem avanços substanciais na redução e futura eliminação dos subsídios e em acesso a mercados, o Brasil não se associará à liberalização em outras áreas.

Produtos manufaturados exportados pelo Brasil também enfrentam tarifas altas, picos tarifários e escalada tarifária, o que será necessário eliminar no plano global. Há ainda a aplicação abusiva e de cunho protecionista de medidas de defesa comercial, como *antidumping*, que cumpre impedir.

O Governo brasileiro encontrará – por meio da cooperação em diferentes foros e bilateralmente – meios e modos de valorizar produtos específicos de nossa pauta exportadora, superando barreiras artificiais e predatórias ao seu acesso a outros mercados, a exemplo do aço ou de barreiras sanitárias que não se justificam.

Será também necessário preservar o elevado alcance social das normas que facilitam medidas para a proteção da saúde pública e o acesso a medicamentos. O Brasil trabalhará pela elaboração de regras que protejam os direitos de propriedade inerentes aos conhecimentos tradicionais, particularmente quando associados ao uso de recursos genéticos. Será necessário garantir que as normas e as decisões que venham a ser alcançadas confirmem tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, com o objetivo de reduzir o hiato entre nações ricas e pobres.

O Brasil manterá uma postura ativa e firme na defesa dos interesses nacionais nos vários foros comerciais internacionais, evitando restrições à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas. O Brasil não será tímido em lançar mão de mecanismos de solução de controvérsias para combater as barreiras protecionistas dirigidas contra produtos em que somos competitivos e demandar, de nossos principais parceiros comerciais, a plena observância dos compromissos que assumiram nos planos multilateral, hemisférico e regional. Não se trata de atitude gratuita ou beligerante, trata-se de curso de ação paralelo e complementar, ainda que independente, aos das várias vertentes negociadoras.

O Itamaraty questionará, em 2003, as políticas de subsídios praticadas por países desenvolvidos e que distorcem as condições de competição em detrimento do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Serão concluídas consultas com os Estados Unidos e a União Européia sobre subsídios concedidos ao algodão e ao açúcar, respectivamente. Esses contenciosos referem-se ao cerne do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, área em que têm sido desapontadores os sinais de progresso em favor da abertura de mercados, com o recrudescimento de práticas anticompetitivas e falta de engajamento real nas negociações internacionais em matéria agrícola por parte das grandes potências comerciais.

No que se refere ao Mercosul, será necessário, em 2003, revigorar o processo de integração, transformando-o em zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído o Mercosul, seus membros estarão aptos a enfrentar melhor os desafios do mundo globalizado e a construir uma crescente coor-

denação macroeconômica. Para tanto, é fundamental que o bloco disponha de instituições mais permanentes e ganhe solidez jurídica, o que o habilitará a uma atuação mais coordenada no plano internacional.

A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, será plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, o Governo intensificará a prática da aliança estratégica com a Argentina, motor de uma integração sul-americana consistente. O Brasil terá o objetivo de recuperar e reforçar os instrumentos da integração no Mercosul, notadamente a gestão da Tarifa Externa Comum e a criação de uma nova dinâmica de integração produtiva. O Itamaraty dará ênfase às agendas social, cultural e política do Mercosul.

O Brasil promoverá a cooperação com os parceiros do Mercosul e demais países da América do Sul em torno de programas e políticas públicas ativas na área social, como o Fome Zero e o apoio à agricultura familiar. No que se refere à coordenação macroeconômica, apoiaremos a criação de um Instituto Monetário que realize estudos sobre as tarefas necessárias para que o Mercosul venha a ter uma moeda comum. Favorecerá o Brasil o estabelecimento de um Instituto Social voltado para iniciativas conjuntas no campo do desenvolvimento social. Serão iniciados os estudos para constituição de um parlamento do Mercosul.

As negociações para a celebração de um acordo de associação inter-regional entre o Mercosul e a União Européia, movidas pelas afinidades culturais existentes e pelo interesse das Partes em garantir mercados para seus produtos de exportação, orientam-se por visão estratégica de longo prazo, que inclui o estreitamento do diálogo sobre temas políticos internacionais e a cooperação como ferramenta básica da promoção do desenvolvimento.

No que se refere às negociações de uma área de livre comércio nas Américas, e a despeito dos prazos estreitos e inadequados, o Governo discutirá amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que deve o Brasil tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses nacionais envolvidos. Lutará pela eliminação de to-

das as restrições às exportações dos produtos brasileiros, em especial os de origem agrícola, e tratará de obter regras mais justas e adequadas. Perseguirá a eliminação dos subsídios agrícolas que prejudicam nossos produtores ao privá-los de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, tratará de remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais que enfrentam tarifas altas e quotas; insistirá na adoção de mecanismos adequados e eficazes para fazer frente ao impacto que uma futura ALCA terá sobre os níveis de emprego, para promover a necessária modernização econômica inerente à estruturação de uma área de livre comércio a reunir países plenamente desenvolvidos e países ainda em desenvolvimento. Será imperativo preservar espaços de flexibilidade para nossas políticas nacionais de desenvolvimento com o objetivo de obter benefícios diretos – empregos e renda – para o povo brasileiro.

Na área de promoção comercial, o Itamaraty prestará mais apoio aos exportadores brasileiros no exterior, tendo presente a meta de aumento das exportações estabelecida para o corrente ano. O Itamaraty participará de um esforço de coordenação nacional nessa área, do qual deverá resultar a criação de um Comitê Gestor, responsável pelo estabelecimento de estratégias, metas e ações integradas. A otimização dos recursos, a coordenação das ações e a maximização dos objetivos estarão na base de um novo plano de trabalho mais adequado aos fins pretendidos.

As principais atividades do Itamaraty na área da promoção comercial no exterior estarão centradas:

- Na reciclagem de diplomatas e demais servidores;
- Na busca de novas oportunidades para a oferta exportável brasileira;
- No desenvolvimento de ações específicas voltadas para a atração de investimentos estrangeiros;
- Na ampliação do fluxo de turismo ao Brasil;
- No aumento dos estudos de inteligência comercial;
- No desenvolvimento de programa para o envolvimento direto dos grandes empresários nacionais no esforço público de aumento das exportações e
- Na criação de instrumentos que vinculem as multinacionais e suas matrizes ao esforço de exportação.

Presidência da República

Casa Civil

Secretaria-Geral

Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NAS FAMÍLIAS MINION, PARA TEXTOS, E
PMN CAECÍLIA, PARA TÍTULOS E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
PÓLEN RUSTIC 80 G/M², EM FEVEREIRO DE 2003.